CARGO:

GUARDA CIVIL MUNICIPAL

TIPO A

INTEGRIDADE QUE DÁ CREDIBILIDADE À SUA TRAJETÓRIA DE CONQUISTAS

INSTITUTO igeduc
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE

EDITAL Nº 001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DOS CARGOS DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL E AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DO PAULISTA (PE)

Atenção: A fraude ou tentativa de fraude em concurso público constitui crime, nos termos do art. 311-A do Código Penal, sujeitando o infrator às sanções legais cabíveis.

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

1. Conferência dos materiais
- Verifique nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais recebidos.
- Confira o Caderno de Questões quanto à impressão e à numeração.

2. Observância das normas
- O descumprimento das disposições do **Edital**, deste Caderno ou da **Folha de Respostas** implicará **eliminação do candidato**, conforme previsto em lei.

3. Folha de Respostas
- Documento **único e exclusivo** para fins de correção.
- Assine no campo próprio.
- Assinale **apenas uma alternativa** por questão.
- Utilize **caneta esferográfica azul ou preta**.
- Devolva a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal.

4. Divulgação de provas e gabaritos
- Disponíveis no site do **Instituto IGEDUC** (www.igeduc.org.br), na forma e nos prazos estabelecidos no Edital.

5. Condutas vedadas
- Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- Utilizar aparelhos eletrônicos ou similares.
- Registrar gabarito fora da Folha de Respostas.

6. Critérios de resposta
- Salvo disposição expressa em contrário, as questões deverão ser respondidas conforme:
  Língua Portuguesa: norma padrão vigente;
  Informática: versões atualizadas dos softwares à data da prova;
  Legislação: texto legal vigente e atualizado na data de aplicação do certame.

LÍNGUA PORTUGUESA (LPT)

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 5.

Quais os riscos econômicos se o Brasil declarar facções criminosas como terroristas

Parlamentares e governadores de oposição articulam leis para classificar facções criminosas, como o PCC e o Comando Vermelho, como grupos terroristas. A proposta ganhou força após operação no Rio de Janeiro que deixou mais de cem mortos. A Câmara dos Deputados deve votar projeto que amplia o conceito de terrorismo para incluir organizações criminosas e milícias.

De autoria do deputado Danilo Forte e relatado por Nikolas Ferreira, o texto altera a Lei Antiterrorismo para abranger grupos que cometam atos violentos e permitir o bloqueio de bens de investigados. O objetivo é fortalecer o combate às facções e ampliar o poder de investigação da Polícia Federal.

Especialistas, porém, alertam para riscos econômicos e diplomáticos. O pesquisador Roberto Uchôa, da Universidade de Coimbra, afirma que classificar facções como terroristas pode gerar sanções internacionais, pois países como os Estados Unidos tenderiam a adotar a mesma classificação. Isso permitiria congelar ativos de empresas e indivíduos brasileiros ligados a investigações sobre crime organizado.

Uchôa ressalta que o crime organizado está infiltrado na economia nacional, o que poderia levar à punição de empresas e instituições financeiras. A Polícia Federal estima que o PCC movimentou cerca de cinquenta bilhões de reais entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e quatro, por meio de esquemas de lavagem envolvendo postos, fintechs e fundos de investimento.

O professor Rafael Alcadipani, da Fundação Getúlio Vargas, alerta que a designação de terrorismo permite aos EUA aplicar sanções severas, inclusive sobre o sistema bancário e empresas públicas. "Se considerarem que o Banco do Brasil ou o Pix têm ligações com facções, podem agir imediatamente", afirma.

Apesar de pressões externas, o governo brasileiro rejeitou o pedido americano para adotar a designação de terroristas ao PCC e ao CV, alegando que tais grupos não se enquadram na legislação nacional. Países vizinhos, como Argentina e Paraguai, já anunciaram que adotarão essa classificação.

Para o relator da ONU, Ben Saul, ampliar o conceito de terrorismo pode abrir brechas para abusos, como ocorreu quando os EUA classificaram cartéis latino-americanos como terroristas, resultando em deportações e ações militares. Especialistas temem que medidas semelhantes tragam impactos econômicos e políticos graves ao Brasil, com sanções e perda de credibilidade internacional.

https://www.bbc.com/portuguese/articles/cly2e7ep5eko.adaptado.

Questão 01

Especialistas temem que medidas semelhantes "tragam" impactos econômicos e políticos graves ao Brasil.

Assinale a alternativa CORRETA quanto ao tempo e ao modo do verbo destacado.

(A) O verbo "tragam" está no presente do subjuntivo, indicando uma ação possível, hipotética ou dependente do temor expresso na oração principal.

(B) O verbo "tragam" está no futuro do subjuntivo, exprimindo uma ação condicionada à realização de outro evento futuro.

(C) O verbo "tragam" está no pretérito perfeito do indicativo, indicando ação concluída e anterior ao momento presente.

(D) O verbo "tragam" está no presente do indicativo, expressando uma ação habitual ou certa no momento da enunciação.

Questão 02

O texto aborda uma proposta recente do cenário político brasileiro que reacendeu discussões sobre segurança pública, legislação e possíveis impactos econômicos e internacionais.

De acordo com o texto-base, assinale a alternativa CORRETA quanto à ideia central apresentada.

(A) O texto trata essencialmente das operações policiais realizadas no Rio de Janeiro, examinando resultados práticos no enfrentamento ao crime organizado e discutindo transformações estratégicas na segurança pública nacional decorrentes dessas ações.

(B) O texto tem como foco principal defender a aprovação do projeto de lei, apresentando um conjunto de argumentos que ressaltam vantagens políticas e operacionais da classificação das facções como terroristas e sugerem que essa medida deveria ser adotada imediatamente pelo Congresso.

(C) O texto analisa as implicações políticas e econômicas da proposta de classificar facções criminosas como grupos terroristas, destacando possíveis riscos de sanções internacionais e impactos relevantes para a estabilidade financeira e diplomática do Brasil.

(D) A ênfase do texto recai sobre a dimensão jurídica da legislação antiterrorismo, concentrando-se exclusivamente nas alterações que seriam incorporadas ao texto legal, nos trâmites formais da proposta e nos procedimentos internos da Câmara dos Deputados vinculados ao tema.

Questão 03

O texto-base apresenta informações sobre um tema político e jurídico de relevância nacional, discutindo a proposta de classificar facções criminosas como grupos terroristas e suas possíveis consequências.

Considerando as características predominantes do

texto-base, assinale a alternativa CORRETA quanto à sua tipologia e ao seu gênero textual.

(A) O texto é descritivo, pois se limita a detalhar os aspectos das operações policiais no Rio de Janeiro e a caracterizar os grupos criminosos.

(B) O texto é predominantemente argumentativo, pois o autor defende, de forma explícita, a aprovação do projeto que classifica facções criminosas como terroristas.

(C) O texto enquadra-se na tipologia narrativa e pertence ao gênero reportagem, já que relata uma sequência de fatos ocorridos em ordem cronológica, com personagens e clímax.

(D) O texto apresenta tipologia expositiva e pertence ao gênero artigo de divulgação jornalística, pois informa e explica um tema de relevância pública sem adotar posicionamento pessoal do autor.

Questão 04

"De autoria do deputado Danilo Forte e relatado por Nikolas Ferreira, o texto altera a Lei Antiterrorismo para abranger grupos que cometam atos violentos e permitir o bloqueio de bens de investigados. O objetivo é fortalecer o combate às facções e ampliar o poder de investigação da Polícia Federal."

Assinale a alternativa CORRETA quanto à regência nominal dos termos destacados.

(A) Em "bloqueio de bens de investigados", o substantivo "investigados" rege a preposição "de", que introduz o advérbio sobre o qual recai a ação de impedir o uso ou a movimentação de algo, estabelecendo relação de conteúdo e possuidor.

(B) O substantivo "combate" exige a preposição "a" para introduzir o termo que indica o alvo da ação, o que se observa em "combate às facções", com a fusão da preposição "a" com o artigo definido feminino plural "as".

(C) Na expressão "poder de investigação da Polícia Federal", a preposição "de" é facultativa, podendo ser omitida sem alteração da estrutura, já que "poder investigação" mantém o mesmo valor semântico.

(D) A expressão "de autoria do deputado Danilo Forte" demonstra a regência do substantivo "deputado", cuja preposição simples "do" introduz o complemento que identifica o responsável pela oposição à elaboração do texto.

Questão 05

O professor Rafael Alcadipani, da Fundação Getúlio Vargas, alerta que a designação de terrorismo permite aos EUA aplicar sanções severas, inclusive sobre o sistema bancário e empresas públicas.

Assinale a alternativa correta quanto ao número de orações que compõem o período.

(A) O período é composto por quatro orações, sendo duas principais e duas subordinadas reduzidas de infinitivo, articuladas por coordenação e por vínculos de dependência semântica que distribuiriam igualmente a carga informativa entre todas as ações expressas.

(B) O período contém apenas uma oração, pois os verbos aparecem organizados como partes de um predicado composto com sujeito único, exprimindo uma sequência contínua de ações que não se desdobra em unidades sintáticas autônomas.

(C) O período apresenta apenas duas orações, sendo uma principal e outra subordinada substantiva objetiva direta, pois o verbo "aplicar" estaria integrado ao mesmo predicado do verbo "permite", sem autonomia sintática suficiente para caracterizar uma nova estrutura oracional independente.

(D) O período é formado por três orações, sendo a primeira principal (O professor Rafael Alcadipani alerta), a segunda subordinada substantiva objetiva direta (que a designação de terrorismo permite aos EUA aplicar sanções severas) e a terceira reduzida de infinitivo (aplicar sanções severas).

RACIOCÍNIO LÓGICO (RLC)

Questão 06

Uma proposição é um enunciado declarativo que expressa uma ideia completa e sobre o qual se pode atribuir um valor lógico. Considere as proposições a seguir:

I. Se um número é múltiplo de 6, então ele é par.

II. Todo número primo maior que 2 é ímpar.

III. Se uma pessoa estuda lógica, então ela entende argumentação. Logo, quem não entende argumentação não estuda lógica.

IV. Há números naturais que são divisíveis por 2 e 3 ao mesmo tempo.

V. Ou chove ou faz sol; como está nublado, então nem chove nem faz sol.

Com base nas leis da lógica e na análise das proposições, assinale a alternativa CORRETA:

(A) São logicamente verdadeiras apenas as proposições I, II, III e V.

(B) As proposições I, II, III, IV e V são logicamente verdadeiras.

(C) São logicamente verdadeiras apenas as proposições I, II e IV.

(D) São logicamente verdadeiras apenas as proposições II, III e IV.

Questão 07

Com base nos conhecimentos sobre técnicas de contagem, incluindo o princípio multiplicativo, permutações e arranjos (com e sem repetição), julgue as

assertivas a seguir, indicando V para verdadeiro e F para falso:

(__) O princípio multiplicativo afirma que, se uma tarefa pode ser realizada de m maneiras e outra tarefa independente de n maneiras, então as duas tarefas realizadas em sequência podem ser feitas de m + n maneiras.

(__) O número de permutações de 5 elementos distintos é 5!.

(__) O número de arranjos (ordem importa, sem repetição) de 6 elementos tomados 3 a 3 é 6 x 5 x 4 = 120.

(__) Se a repetição de símbolos é permitida, o número de "palavras" de 4 letras formadas a partir de um alfabeto de 26 letras é 26^4 .

(__) O número de anagramas distintos da palavra AMAR (4 letras, com a letra A repetida duas vezes) é 4!/2! = 12

(__) O número de maneiras de formar uma comissão ordenada (ou seja, em que a ordem importa) de 3 pessoas escolhidas entre 8 é dado por (8¦3)=56.

Escolha a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(A) V - V - V - V - V - V.
(B) V - V - F - V - V - F.
(C) F - V - V - V - V - F.
(D) F - V - V - F - V - V.

Questão 08

Em uma escola, será formada uma equipe de 3 estudantes para representar a turma na olimpíada de ciências. A turma é composta por 6 meninas e 4 meninos, todos com as mesmas chances de serem escolhidos. Qual é a probabilidade de que a equipe tenha pelo menos duas meninas?

(A) 4/5
(B) 5/8
(C) 7/10
(D) 2/3

Questão 09

Foi realizado um levantamento em uma turma de 60 alunos, sobre a frequências dos alunos em três disciplinas optativas: Matemática, Física e Química. Os resultados foram:

30 alunos frequentam as aulas de Matemática;

25 frequentam as aulas de Física;

20 frequentam as aulas de Química;

12 frequentam as aulas de Matemática e Física;

8 frequentam as aulas de Matemática e Química;

6 frequentam as aulas de Física e Química;

4 frequentam as aulas das três disciplinas.

Com base nestas informações, assinale a alternativa que apresenta corretamente quantos alunos não frequentam nenhuma das três disciplinas?

(A) 7 alunos.
(B) 5 alunos.
(C) 9 alunos.
(D) 11 alunos.

Questão 10

A lógica formal permite avaliar se um raciocínio é válido, isto é, se a conclusão decorre necessariamente das premissas. Analise as afirmações a seguir e assinale (V) para verdadeiro ou (F) para falso:

(__) Se todo mamífero é vertebrado e o cachorro é mamífero, então o cachorro é vertebrado.

(__) "Se estudo, passo; se não estudo, reprovo.", as duas partes são contrárias, portanto, o argumento é inválido.

(__) Dizer que "se chove, então o chão fica molhado" é logicamente equivalente a afirmar "se o chão não está molhado, então não choveu."

(__) O raciocínio por analogia é uma forma de dedução, pois parte de um caso geral para outro também geral.

(__) Em um argumento válido, é impossível que todas as premissas sejam verdadeiras e a conclusão seja falsa.

(__) De "todo aluno que lê compreende melhor" e "João lê", pode-se inferir logicamente que "João compreende melhor".

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(A) V, F, V, V, F, V.
(B) F, F, V, F, V, F.
(C) V, V, F, F, V, V.
(D) V, F, V, F, V, V.

INFORMÁTICA (INF)

Questão 11

Em um trabalho escolar, um grupo de alunos decidiu criar um relatório no Word, incluindo gráficos e tabelas criados no Excel e depois apresentar os resultados em slides no PowerPoint. Durante o processo, surgiram dúvidas sobre os recursos e possibilidades de cada aplicativo do Microsoft Office. Sobre os conhecimento desses aplicativos, analise as afirmativas abaixo e marque V, para as verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) Ao vincular uma planilha do Excel em um documento do Word, é possível que os dados sejam atualizados automaticamente quando houver mudanças na planilha original, desde que a opção de vinculação (e não apenas de cópia) tenha sido selecionada.

(__) O usuário, ao incorporar um gráfico do Excel no Power Point, pode editar os dados diretamente no slide

sem que isso afete o arquivo da planilha original do Excel, pois o PowerPoint armazena uma cópia independente dos dados internamente.

(__) No Word, é possível gerar sumário automático a partir do uso adequado de estilos de título (Título 1, Título 2, etc.), sem necessidade de inserir manualmente a numeração das páginas.

(__) O Excel permite aplicar validação de dados, restringindo o que pode ser digitado em determinadas células — por exemplo, aceitar apenas números entre 0 e 100 ou datas futuras.

(__) No PowerPoint, o modo de exibição "Classificação de Slides" serve apenas para iniciar a apresentação, não sendo possível mover ou reorganizar slides por esse modo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(A) V – F – V – V – F.
(B) V – F – F – V – V.
(C) F – V – V – F – V.
(D) V – V – V – V – F.

Questão 12

Nas décadas de 1980 e 1990, a popularização dos computadores pessoais e a expansão das redes de comunicação impulsionaram uma verdadeira revolução no modo de compartilhar informações, a Internet deixou de ser uma rede apenas para uso acadêmico e militar, passando a conectar empresas e cidadãos em todo o mundo. Utilizando desta mesma tecnologia, organizações criaram suas próprias redes internas, surgindo assim a Intranet. Com base nesse contexto histórico, analise as afirmativas a seguir:

I. A Internet é uma rede pública de alcance mundial, que utiliza protocolos padronizados como o TCP/IP. A Intranet, por sua vez, é uma rede privada com acesso restrito a um grupo autorizado de usuários.

II. Para que uma Intranet funcione, é indispensável que ela esteja conectada à Internet, já que ambas dependem dos mesmos servidores externos de comunicação.

III. Ferramentas como navegadores, e-mails e sistemas de gestão eletrônica podem operar tanto em ambientes de Internet quanto de Intranet, desde que configuradas conforme as políticas da organização.

IV. Por ser uma rede interna, a Intranet dispensa o uso de medidas de segurança digital, pois está isolada de ameaças externas.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
(B) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
(C) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
(D) As afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.

Questão 13

Durante o uso cotidiano do computador, é normal que o usuário precise organizar documentos, instalar dispositivos e manter o sistema em bom funcionamento. No ambiente do sistema operacional Windows, diversas ferramentas e procedimentos permitem a execução dessas tarefas com segurança e eficiência. Com base nesse contexto, analise as afirmativas abaixo:

I. No Windows, os arquivos podem ser organizados em pastas e subpastas, o que facilita a localização e o gerenciamento de dados, evitando que diferentes tipos de documentos fiquem misturados em um mesmo diretório.

II. A exclusão de um arquivo no Windows o remove definitivamente do sistema, sem a possibilidade de recuperação, mesmo que ele vá para a Lixeira.

III. O "Painel de Controle" e o aplicativo "Configurações" são utilizados para instalar, remover ou ajustar fisicamente dispositivos de hardware, como impressoras, mouses e câmeras.

IV. A instalação de programas no Windows normalmente requer privilégios de administrador e, em muitos casos, a confirmação do Controle de Conta de Usuário.

V. O Gerenciador de Tarefas é uma ferramenta que permite acompanhar o desempenho do sistema, encerrar processos que não respondem e verificar o uso de memória e CPU.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) As afirmativas I, II, III, IV e V são verdadeiras
(B) Apenas as afirmativas I, III e V são verdadeiras
(C) Apenas as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.
(D) Apenas as afirmativas II, III e IV são verdadeiras

Questão 14

Em um mundo cada vez mais digital, a perda de informações pode causar grandes transtornos, desde a perda de lembranças até prejuízos financeiros em empresas. Para evitar esse tipo de problema, surgiram diversos procedimentos, aplicativos e dispositivos voltados ao armazenamento de dados e à realização de cópias de segurança (backup). Acerca deste tema, julgue as afirmativas a seguir e marque V para as verdadeiras e F para as falsas:

(__) O backup é uma cópia dos dados originais armazenada em outro local, físico ou virtual, que serve para recuperação de informações em caso de falha, exclusão acidental ou ataque cibernético.

(__) Apenas os servidores corporativos precisam realizar backups periódicos; usuários domésticos não enfrentam riscos significativos de perda de dados.

(__) Discos rígidos externos, pen drives, DVDs e serviços de nuvem, como Google Drive e OneDrive, são exemplos de meios que podem ser usados para armazenar cópias de segurança.

(__) O backup incremental copia apenas os arquivos alterados desde o último backup realizado, seja ele completo ou incremental, reduzindo o tempo de execução e o espaço necessário para armazenamento.

(__) O armazenamento em nuvem dispensa completamente a necessidade de senhas e autenticação, já que os provedores garantem segurança automática.

(__) Uma boa prática de segurança recomenda que exista mais de uma cópia dos dados, preferencialmente em locais diferentes, para evitar perdas simultâneas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(A) V, F, V, F, F, V.
(B) V, F, V, V, F, V.
(C) V, V, F, V, V, F.
(D) F, V, V, F, V, V.

Questão 15

O aumento do uso de dispositivos conectados trouxeram grandes benefícios, mas também novos desafios relacionados à segurança digital. Empresas, escolas e usuários domésticos passaram a lidar com ameaças como vazamento de dados, ataques de vírus e golpes virtuais. Nesse cenário, compreender os conceitos de proteção e segurança da informação tornou-se fundamental para qualquer usuário. Com base nisso, analise as afirmações a seguir:

(A) Compartilhar dados pessoais em sites e formulários online é seguro, desde que a página possua aparência profissional e layout moderno.
(B) A instalação de antivírus é suficiente para garantir proteção total contra qualquer tipo de ataque virtual, dispensando atualizações e outras medidas de segurança.
(C) As redes Wi-Fi abertas, por serem públicas, oferecem maior velocidade e, portanto, são mais seguras para o envio de informações sigilosas.
(D) A criação de senhas complexas, o uso de autenticação em duas etapas e o cuidado ao clicar em links desconhecidos são exemplos de boas práticas para reduzir riscos de invasão.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE (LEX)

Questão 16

Após denúncia de descarte de efluentes não tratados em córrego municipal, a GCM Ambiental identifica que a conduta partiu de empresa, por decisão de sua diretoria, visando reduzir custos. À luz da LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), qual alternativa está correta?

(A) A pessoa jurídica pode ser responsabilizada penalmente pela prática de crime ambiental quando a infração decorrer de decisão de seu representante legal, contratual ou de seu órgão colegiado, desde que adotada no interesse ou benefício da entidade, conforme expressamente previsto na legislação ambiental.
(B) Mesmo quando o fato é praticado em nome da empresa e no interesse econômico da organização, apenas a pessoa física pode ser responsabilizada criminalmente, cabendo à pessoa jurídica responder unicamente em âmbito civil e administrativo, pois a legislação ambiental não admite imputação penal direta a entes coletivos em situações dessa natureza.
(C) A responsabilização penal da pessoa jurídica somente é possível após a decretação de sua falência ou encerramento formal, pois é necessário esgotar a atividade empresarial para que se reconheça a responsabilidade penal derivada de danos causados ao meio ambiente pela entidade empresarial.
(D) A Lei de Crimes Ambientais afasta a responsabilização penal da pessoa jurídica, permitindo apenas a atuação das esferas civil e administrativa; assim, eventuais ilícitos ambientais cometidos no âmbito empresarial devem ser imputados exclusivamente às pessoas físicas diretamente envolvidas na conduta e às medidas de reparação civil decorrentes do dano.

Questão 17

De acordo com a LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 (Lei de Drogas), especificadamente sobre o §4º do art. 33 (tráfico privilegiado):

I. É causa de diminuição de pena, não cria novo crime.

II. Exige primariedade e bons antecedentes, além de não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa.

III. A fração de diminuição é fixa e invariável.

Está CORRETO o que se afirmar em:

(A) II e III, apenas.
(B) I, II e III.
(C) I e II, apenas.
(D) I e III, apenas.

Questão 18

De acordo com a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), a doutrina e a jurisprudência têm destacado que os efeitos materiais e processuais aplicáveis aos crimes hediondos e equiparados não se limitam apenas à gravidade abstrata, mas também às restrições constitucionais e legais incidentes. Nesse sentido, considere as seguintes assertivas sobre o regime jurídico desses delitos, especialmente quanto à fiança, à natureza legal do rol de hediondos e às exigências de fundamentação judicial no

âmbito cautelar:

(__) Os crimes hediondos e equiparados são inafiançáveis, por determinação expressa da Constituição Federal e pela disciplina legal específica, independentemente da fase processual.

(__) O rol de crimes hediondos possui natureza taxativa, definido exclusivamente em lei federal, não sendo admitida interpretação extensiva ou analógica para ampliar o catálogo de delitos abrangidos.

(__) No tocante à decretação de prisões e medidas cautelares pessoais em crimes hediondos, a Lei nº 8.072/1990 afasta expressamente a necessidade de fundamentação judicial concreta, dada a gravidade inerente ao delito, permitindo decisões automáticas.

Assinale a alternativa CORRETA, conforme a ordem das marcações de V ou F dispostas "de cima para baixo".

(A) V, F, V.
(B) V, V, V.
(C) V, V, F.
(D) F, V, V.

Questão 19

Após investigação ambiental conduzida em conjunto pela Secretaria do Meio Ambiente e pela Guarda Civil Municipal (GCM) Ambiental, constatou-se que uma empresa de curtume despejava resíduos químicos em rio municipal, provocando mortandade de peixes e prejuízo às comunidades ribeirinhas.O Ministério Público ofereceu denúncia, e o juiz, reconhecendo a responsabilidade da pessoa jurídica, substituiu a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

Considerando o art. 22 da LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), analise as medidas abaixo e assinale a que melhor concretiza a finalidade pedagógica e reparatória que orienta as penas restritivas de direitos aplicáveis às pessoas jurídicas:

(A) Substituir a pena por atividades internas dirigidas exclusivamente aos funcionários da própria empresa, sem qualquer relação com a coletividade prejudicada ou com a reparação ambiental, restringindo o cumprimento da sanção ao ambiente laboral e afastando sua função social e preventiva prevista pela legislação ambiental.
(B) Aplicar multa simples e determinar o encerramento das atividades da empresa por prazo indeterminado, independentemente da gravidade do dano ou da possibilidade de recuperação ambiental, desconsiderando a proporcionalidade e o caráter educativo que devem orientar as sanções impostas às pessoas jurídicas no âmbito penal.
(C) Impor a proibição definitiva de funcionamento da empresa, ainda que a conduta tenha sido culposa e o dano plenamente reversível, aplicando medida extrema e desproporcional que não corresponde às finalidades educativas e compensatórias estabelecidas pela Lei nº 9.605/1998 para as penas restritivas de direitos.
(D) Determinar que a empresa promova, às suas próprias expensas, projetos de recuperação de áreas degradadas e programas comunitários de educação ambiental, contribuindo de forma direta para reparar o impacto causado e reforçando o caráter pedagógico atribuído às penas restritivas de direitos previstas na Lei nº 9.605/1998.

Questão 20

De acordo com a LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise as assertivas abaixo:

I. Deixar o responsável por serviço de saúde de comunicar suspeita de maus-tratos à autoridade constitui infração administrativa no ECA.

II. O ECA prevê crimes e infrações administrativas no Título VII, com sanções específicas.

III. Fotografar ou publicar cena de sexo envolvendo adolescente não está no Título VII.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.

Questão 21

Em operação em torno de uma escola municipal, a Guarda Civil Municipal (GCM) flagra comerciante vendendo bebida alcoólica a adolescente. À luz do Título VII do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), qual alternativa está correta?

(A) Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente constitui crime expressamente tipificado no artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente, independentemente de resultado naturalístico, configurando violação direta às normas de proteção integral.
(B) O Estatuto da Criança e do Adolescente não aborda bebidas alcoólicas em seu Título VII, restringindo-se a tratar de outras substâncias proibidas e de situações que envolvam risco mais grave ou imediato à integridade física de crianças e adolescentes.
(C) O crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente demanda, para sua configuração, que a ingestão da bebida alcoólica gere dano concreto à integridade física ou à saúde do menor, sendo necessário comprovar consequência lesiva efetiva para caracterizar a infração penal.

(D) A conduta de comercializar bebida alcoólica a menores de idade configura apenas infração administrativa sujeita a multa e demais sanções de natureza civil, não havendo tipificação penal específica no Estatuto da Criança e do Adolescente para esse tipo de prática comercial irregular.

Questão 22

No curso de uma operação integrada com a Polícia Civil para repressão a furtos em série no comércio local, a Guarda Civil Municipal (GCM) de Itajá estruturou patrulhamento preventivo em torno de praças, escolas e terminais de transporte, com foco na proteção de bens, serviços e instalações do Município. Em reunião interinstitucional, discutiu-se se a GCM poderia, por iniciativa própria, instaurar investigação criminal sobre a quadrilha, bem como lavrar termo circunstanciado. Ademais, debateu-se a atuação da GCM na proteção de direitos humanos e no uso progressivo da força em ocorrências com usuários de drogas em praças. À luz da LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), qual afirmação está correta?

(A) A Guarda Civil Municipal possui competência para instaurar investigação criminal e conduzi-la até o indiciamento, comunicando apenas ao Ministério Público nos casos de flagrante delito, uma vez que sua atividade abrange funções investigativas amplas.

(B) Compete à Guarda Civil Municipal proteger bens públicos, atuar preventivamente e usar a força de forma progressiva, colaborando com a segurança, sem poder abrir investigação criminal.

(C) A Guarda Civil Municipal pode estabelecer, por regulamento interno, autorização para emprego imediato de força letal como primeira resposta em casos de resistência passiva, desde que haja previsão administrativa que legitime tal procedimento no âmbito operacional.

(D) A Guarda Civil Municipal pode lavrar termo circunstanciado independentemente de lei municipal específica, pois o Estatuto Geral já lhe confere essa prerrogativa de forma plena, permitindo sua utilização em quaisquer ocorrências abrangidas pela legislação penal especial.

Questão 23

Uma vítima relata violência psicológica praticada por ex-companheiro, com perseguições e ameaças veladas. A Guarda Civil Municipal (GCM) aciona a rede local e registra a ocorrência, orientando a vítima sobre medidas protetivas e encaminhamentos. Houve dúvida sobre o conceito de violência doméstica e familiar e sobre as espécies de violência reconhecidas na lei. Considerando exclusivamente a Lei Maria da Penha, qual alternativa está correta?

(A) A violência psicológica não integra o rol de formas de violência previsto na Lei Maria da Penha, que se concentra na proteção da mulher apenas contra violência física e violência sexual, deixando de abranger condutas que envolvam intimidação, manipulação emocional ou perseguição reiterada.

(B) A Lei define violência doméstica e familiar contra a mulher no artigo 5º e reconhece, entre outras formas, a violência psicológica no artigo 7º, inciso II, possibilitando a concessão de medidas protetivas sempre que haja presente risco à integridade física, emocional ou moral da vítima.

(C) A Lei Maria da Penha protege apenas mulheres que coabitam com o agressor no momento do crime, situação essa exigida para o reconhecimento de violência doméstica e familiar, não se estendendo a relacionamentos anteriores ou a vínculos já encerrados, independentemente da continuidade da agressão.

(D) As medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha somente podem ser analisadas após o ajuizamento de ação penal, não sendo cabível a apreciação imediata do pedido pela autoridade judicial.

Questão 24

Uma equipe discute, em instrução continuada, os contornos legais dos crimes hediondos e dos equiparados. Na pauta, menciona-se tortura e tráfico de drogas em determinadas modalidades, e a inafiançabilidade. Considerando exclusivamente a LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), qual alternativa está correta?

(A) A legislação especial trata unicamente do homicídio qualificado como crime hediondo, não abrangendo outras figuras típicas e não mencionando crimes equiparados, limitando-se a estabelecer um único exemplo de delito sujeito às consequências previstas na lei.

(B) A inafiançabilidade não se aplica aos crimes hediondos, pois a Lei nº 8.072/1990 não prevê tratamento diferenciado em relação à possibilidade de concessão de fiança, permitindo que o juiz analise caso a caso sem imposição de regra específica sobre a impossibilidade de liberdade provisória mediante pagamento.

(C) A Lei de Crimes Hediondos não estabelece consequências processuais específicas para os delitos ali previstos, tratando apenas da definição de crimes e não disciplinando temas como regime inicial de cumprimento de pena, restrições à fiança, ou outros efeitos jurídicos diferenciados que pudessem incidir sobre o acusado.

(D) A Lei de Crimes Hediondos qualifica como hediondos determinados crimes e equipara a eles o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, assim como a tortura, prevendo efeitos específicos como a inafiançabilidade nos termos constitucionais e outras consequências destinadas a conferir maior rigor no tratamento penal dessas infrações.

Questão 25

Durante atendimento de ocorrência, guardas municipais conduzem um suspeito algemado por resistência moderada. Na delegacia, a equipe mantém os grilhões por comodidade logística, sem justificativa técnica. O custodiado pede contato com advogado, mas a autoridade adia o acesso por "protocolos internos". Também há filmagem do rosto do detido para divulgação na página oficial da corporação. Considerando a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), avalie a conformidade dessas condutas.

(A) A manutenção de algemas por comodidade é admitida quando respaldada por decisão interna da corporação, e a divulgação da imagem do detido pode ser considerada prática de transparência institucional, especialmente quando vinculada a ações de interesse público.

(B) Algemar sem justificativa adequada, dificultar o acesso do preso ao advogado e divulgar indevidamente sua imagem configuram condutas típicas previstas na Lei nº 13.869/2019, sujeitando o agente às sanções cabíveis estabelecidas para abuso de autoridade.

(C) Nenhuma das condutas descritas se enquadra na Lei nº 13.869/2019, pois não há previsão expressa que trate de algemas injustificadas, restrição ao advogado ou exposição da imagem do custodiado como práticas ilícitas.

(D) Apenas a negativa de contato com advogado pode configurar abuso, enquanto o uso de algemas por mera conveniência operacional e a exposição da imagem do custodiado constituiriam apenas irregularidades administrativas internas, sem repercussão típica na legislação penal específica.

Questão 26

A respeito dos elementos estruturantes da LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019 (Lei do Abuso de Autoridade), analise as assertivas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso:

(__) Exige-se finalidade específica (dolo especial) para a configuração dos crimes.

(__) O erro de interpretação de lei, se escusável, exclui o crime.

(__) A responsabilidade administrativa é automática sempre que o fato não for crime.

Assinale a alternativa CORRETA que corresponda à sequência disposta "de cima para baixo".

(A) V, V, F.

(B) V, F, V.

(C) F, V, V.

(D) V, V, V.

Questão 27

Com base na LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 (Lei de Tortura), analise as assertivas abaixo:

I. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

II. A condenação por tortura acarreta perda do cargo, função ou emprego público e interdição para seu exercício, quando o crime for cometido por agente público.

III. A pena de tortura é substituída automaticamente por restritiva de direitos quando o réu é primário.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e III, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

Questão 28

A Guarda Civil Municipal (GCM) é acionada porque um segurança de bar impediu a entrada de cliente negro, sob justificativa de "padrão da casa". O gerente admitiu a existência de uma política de triagem baseada em aparência e origem étnica. Considerando a LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 (Lei dos Crimes resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor), qual alternativa está correta?

(A) A tipificação penal prevista na Lei nº 7.716/1989 exige, para sua configuração, que o agente responsável pela discriminação seja servidor público no exercício de suas funções, não alcançando particulares que atuem como seguranças ou gestores de estabelecimentos comerciais.

(B) A conduta revela apenas violação a regras administrativas de atendimento ao consumidor, pois a Lei nº 7.716/1989 não se aplicaria a situações de restrição individual em estabelecimentos privados, devendo o caso ser tratado como inadequação comercial sem repercussão penal específica.

(C) A discriminação baseada em raça ou cor somente caracterizaria ilícito penal se fosse comprovada prática reiterada envolvendo todos os clientes negros, exigindo demonstração de política uniforme de exclusão racial para que houvesse incidência da Lei nº 7.716/1989 no contexto do atendimento comercial.

(D) Impedir ou obstar o acesso de pessoa a estabelecimento comercial aberto ao público, quando motivado por discriminação de raça ou cor, configura crime previsto na Lei nº 7.716/1989, sendo penalmente responsabilizáveis aqueles que adotam ou executam práticas seletivas discriminatórias.

Questão 29

Em um patrulhamento, a Guarda Civil Municipal (GCM) aborda um indivíduo que portava um revólver de calibre permitido, sem documentação. A arma estava carregada, mas o abordado alegou desconhecer a necessidade de autorização. Em vistoria, constata-se que ele estava em via pública, em horário noturno, próximo a uma escola municipal. Considerando a lei de regência, qual tipificação é adequada para a situação descrita acima?

(A) Disparo de arma de fogo (art. 15), pois a arma estava municiada.

(B) Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16), em razão do horário e do local.

(C) Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14), independentemente de o agente alegar desconhecimento da exigência legal.

(D) Posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12), pois o agente estava em deslocamento para sua residência.

Questão 30

Em revista pessoal indevida, agentes submetem detido a sofrimento físico para obter confissão sobre autoria de furtos. O encarregado da custódia, ciente, nada faz para impedir a continuidade das agressões. Quanto à LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 (Lei de Tortura), qual alternativa está correta?

(A) O crime de tortura somente se configura quando o sofrimento imposto leva à morte da vítima, não havendo tipificação penal quando o resultado não alcança esse grau extremo de gravidade demonstrado no laudo pericial.

(B) A omissão do encarregado da custódia caracteriza apenas descumprimento de normas internas de serviço, gerando responsabilização administrativa, pois a Lei de Tortura não abrange omissões, limitando-se a punir apenas ações diretas praticadas por quem executa a violência física contra a vítima.

(C) A Lei de Tortura incide unicamente sobre servidores públicos no exercício de suas funções, de modo que particulares não podem ser responsabilizados por esse crime, cabendo somente aplicação de outros tipos penais quando a conduta não se enquadrar como abuso cometido por agente estatal.

(D) Configura tortura tanto para quem pratica a violência quanto para quem, tendo dever de agir, se omite e permite que o sofrimento continue, respondendo penalmente pela omissão.

Questão 31

O prefeito determinou à Guarda Civil Municipal (GCM) a participação em um plano integrado de segurança para grandes eventos, com troca de informações, protocolos unificados de atendimento às vítimas e capacitações conjuntas com polícias estaduais. Houve dúvidas sobre a base normativa que respalda a integração, bem como sobre diretrizes de governança e respeito aos direitos humanos. À luz da LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018 (SUSP), qual alternativa está correta?

(A) O Sistema Único de Segurança Pública integra de forma coordenada os órgãos de segurança, inclusive as guardas municipais, com cooperação, padronização de ações, troca de informações e respeito aos direitos humanos.

(B) O Sistema Único de Segurança Pública não inclui guardas municipais entre os órgãos integrantes da estrutura nacional de segurança e, por essa razão, suas diretrizes se limitariam ao âmbito estadual, sem disciplinar a atuação cooperada de instituições municipais em atividades integradas.

(C) A cooperação no Sistema Único de Segurança Pública pode ocorrer sem diretrizes específicas relacionadas a direitos humanos, já que o SUSP teria natureza predominantemente logística e se voltaria à articulação operacional entre instituições, sem impor parâmetros materiais de proteção de pessoas atendidas nos eventos.

(D) A integração promovida pelo Sistema Único de Segurança Pública seria aplicável principalmente a operações interestaduais de grande vulto, não se estendendo de maneira estruturada a eventos de âmbito municipal, pois não contemplaria de forma direta articulações locais que envolvam guardas municipais e forças estaduais em ações conjuntas.

Questão 32

De acordo com a LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (Lei Maria da Penha), analise as assertivas e marque V para verdadeiro e F para falso:

(__) O juiz pode determinar o afastamento do agressor do lar como medida protetiva de urgência.

(__) A autoridade policial pode requerer a concessão de medidas protetivas ao juiz.

(__) O descumprimento de medida protetiva não tem repercussão penal na própria Lei Maria da Penha.

Assinale a alternativa CORRETA que corresponda à sequência disposta "de cima para baixo".

(A) F, V, V.

(B) V, F, V.

(C) V, V, F.

(D) V, V, V.

Questão 33

Durante uma ronda escolar, a Guarda Civil Municipal

(GCM) aborda um indivíduo que transportava 12 porções de maconha embaladas de forma idêntica, dinheiro fracionado e sem objetos pessoais de consumo (como seda, piteiras, etc.). O abordado afirmou ser usuário e negou intenção de venda. À luz da Lei de Drogas, e considerando apenas o texto legal, qual alternativa melhor se coaduna com a tipificação inicial?

(A) A quantidade de substância apreendida, bem como a sua forma de apresentação, deve ser examinada em conjunto com os demais fatores previstos no artigo 28, de modo que, mesmo com a existência de várias porções, poderia haver enquadramento como porte para consumo, desde que se afastem outros elementos de presunção.

(B) O caso caracteriza crime de associação para o tráfico, pois o artigo 35 prevê essa modalidade sempre que houver apreensão de droga em quantidade fracionada, independentemente de comprovação de vínculo estável, bastando qualquer forma de envolvimento com o comércio ilícito.

(C) Os elementos circunstanciais podem indicar tráfico ilícito de drogas, pois o artigo 33 considera relevante a forma de acondicionamento, a posse de dinheiro compatível com mercancia e a ausência de objetos de uso pessoal, afastando em princípio o enquadramento imediato no artigo 28, sem prejuízo de investigação posterior.

(D) A situação se enquadra no artigo 37, referente à colaboração eventual como informante, pois a primeira abordagem policial pôde revelar participação periférica do sujeito abordado, e esse dispositivo permite responsabilização mesmo sem prova plena de venda, aplicando-se a casos de pequena circulação de drogas.

Questão 34

Com base na LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 (Lei dos Crimes resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor), analise as assertivas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso.

(__) A recusa discriminatória de acesso a emprego por motivo de raça ou cor é conduta incriminada pela Lei nº 7.716/1989.

(__) A lei alcança apenas locais públicos estatais, não incidindo sobre estabelecimentos privados.

(__) A motivação discriminatória é elemento central do tipo penal.

Assinale a alternativa CORRETA, conforme a ordem das marcações de V ou F dispostas "de cima para baixo".

(A) F, V, V.
(B) V, F, F.
(C) V, V, F.
(D) V, F, V.

Questão 35

Em auditoria interna, a corregedoria da Guarda Civil Municipal avaliou os protocolos de conduta funcional à luz da Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais). Considerando os princípios e diretrizes de atuação previstos na referida lei, analise as assertivas a seguir.

I. O uso progressivo da força integra os princípios mínimos que orientam a atuação da Guarda Civil Municipal.

II. É vedada qualquer forma de discriminação por motivo de raça, gênero, orientação sexual, crença, idade ou deficiência no exercício das atribuições institucionais.

III. A atuação preventiva da Guarda Civil Municipal restringe-se aos bens, serviços e instalações do Município, não se estendendo a seu entorno.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) I, II e III.
(D) II e III, apenas.

CÓDIGO PENAL (CPB)

Questão 36

Durante operação de fiscalização de trânsito, um motorista apresenta documento público com informações adulteradas sobre sua identidade. A Guarda Civil Municipal verifica que o documento é autêntico em sua forma, mas contém dados falsos quanto ao conteúdo. Considerando o disposto no Código Penal, analise as assertivas abaixo. Assine V para verdadeiro e F para falso.

(__) Inserir declaração falsa em documento verdadeiro caracteriza o crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal.

(__) A falsificação de documento público ocorre quando o agente altera a estrutura física ou a forma do documento, nos termos do artigo 297.

(__) O uso de documento falso (artigo 304) ocorre apenas quando o agente cria o documento, sendo irrelevante quem o utilizou.

(__) A falsidade material se refere à alteração de conteúdo de documento verdadeiro, e não à sua forma.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de julgamento das assertivas, "de cima para baixo".

(A) F, V, V, V.
(B) V, V, F, F.
(C) V, F, V, F.
(D) V, V, V, F.

Questão 37

A Guarda Civil Municipal é acionada por vizinhos que relatam que um idoso é mantido trancado em um quarto pelo próprio filho, sem alimentação adequada e impedido

de sair de casa. No local, os agentes confirmam o confinamento e o isolamento forçado. Com base no Código Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. O artigo 148 do Código Penal define o crime de sequestro e cárcere privado, que consiste em privar alguém de sua liberdade de locomoção.

II. A pena é aumentada quando o crime é cometido contra pessoa idosa, nos termos do §2º do artigo 148.

III. O crime de maus-tratos aplica-se automaticamente em qualquer situação envolvendo pessoa idosa.

IV. A redução à condição análoga à de escravo exige privação da liberdade e exploração de trabalho forçado.

Assinale a alternativa correta.

(A) II e IV estão corretas, apenas.
(B) I, II e IV estão corretas, apenas.
(C) I e III estão corretas, apenas.
(D) I, II, III e IV estão corretas.

Questão 38

Um servidor da Guarda Civil Municipal recebe e aceita vantagem indevida, oferecida e paga por comerciante local, com a finalidade de omitir a comunicação de irregularidades verificadas em seu estabelecimento. Após o pagamento, o servidor efetivamente deixa de praticar o ato de ofício que lhe competia. De acordo com o Código Penal, em relação a conduta do servidor público, essa situação configura:

(A) Prevaricação, caracterizada pelo ato de retardar ou deixar de praticar ato de ofício de modo intencional, movido por interesse ou sentimento pessoal do agente público.
(B) Corrupção passiva, pois o agente aceita vantagem indevida para deixar de agir como deveria, omitindo-se em razão da função que exerce e obtendo benefício ilícito.
(C) Concussão, hipótese em que o agente público exige vantagem indevida de forma direta ou indireta, utilizando-se da posição funcional para obter o benefício.
(D) Corrupção ativa, modalidade prevista quando o particular oferece ou promete vantagem indevida à autoridade com o objetivo de influenciar sua atuação funcional.

Questão 39

Durante atendimento de emergência, a Guarda Civil Municipal socorre vítima de violência sexual em praça pública. Testemunhas confirmam o uso de força física. O autor alega consentimento. À luz do Código Penal, a conduta tipifica:

(A) Importunação sexual, por ausência de dolo específico.
(B) Ofensa à moral, figura atípica.
(C) Ato obsceno, por praticar ato libidinoso em local público.
(D) Estupro, por constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ato libidinoso.

Questão 40

Durante o atendimento a uma ocorrência em um bar, a Guarda Civil Municipal encontra um homem que havia efetuado disparos de arma de fogo contra outro, alegando legítima defesa. A perícia comprova que a vítima estava desarmada e que o agente atirou quando o perigo já havia cessado. Não há elementos que indiquem vingança, paga, ódio gratuito ou qualquer motivação moralmente vil. À luz do Código Penal, a conduta caracteriza:

(A) Homicídio doloso simples, previsto no artigo 121, caput, do Código Penal, uma vez afastada a legítima defesa e inexistentes circunstâncias qualificadoras ou privilegiadoras.
(B) Homicídio privilegiado, previsto no artigo 121, §1º, do Código Penal, em razão de possível injusta provocação moral atribuída à vítima antes do fato, capaz de reduzir a culpabilidade do agente ao realizar o disparo fatal.
(C) Homicídio culposo, previsto no artigo 121, §3º, do Código Penal, pois a morte decorreria de imprudência do agente, sem a intenção específica de matar durante a execução do ato em situação de risco percebido de forma equivocada.
(D) Legítima defesa, nos termos do artigo 25 do Código Penal, considerando que houve agressão anterior por parte da vítima, circunstância que justificaria a reação adotada pelo agente, mesmo após cessado o perigo imediato.

Questão 41

Durante ronda preventiva em cemitério municipal, a Guarda Civil Municipal surpreende um homem quebrando lápides e proferindo ofensas contra religião específica. O local apresentava símbolos religiosos depredados e restos mortais expostos. Considerando o disposto no Código Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. O artigo 208 do Código Penal tipifica o crime de escárnio por motivo de crença ou função religiosa, bem como o impedimento ou perturbação de cerimônia ou culto religioso.

II. O artigo 212 do Código Penal define o crime de vilipêndio a cadáver ou a suas cinzas, configurado quando há desprezo público aos restos mortais.

III. O artigo 163 do Código Penal trata do crime de dano e de sua forma qualificada, mas não inclui automaticamente toda destruição de lápide como dano qualificado ao patrimônio público, sendo necessária análise do caso concreto.

IV. O artigo 331 do Código Penal prevê o crime de desacato, mas o chamado "desacato religioso" não

existe no ordenamento jurídico penal como tipo específico voltado a símbolos ou dogmas de fé.

Assinale a alternativa correta.

(A) I, II e IV estão corretas, apenas.
(B) II e III estão corretas, apenas.
(C) I e II estão corretas, apenas.
(D) I, II, III e IV estão corretas.

Questão 42

Durante um patrulhamento noturno, a Guarda Civil Municipal atende a um chamado envolvendo um homem que ateava fogo em seu próprio veículo, afirmando ouvir "ordens divinas". O exame médico-legal posterior comprova doença mental grave, que lhe retirava totalmente a capacidade de compreender o caráter ilícito de sua conduta. O delegado propõe autuação por dano qualificado. Considerando o disposto no Código Penal, qual é o enquadramento jurídico correto?

(A) O agente é apenas isento da pena privativa de liberdade, permanecendo sujeito à aplicação de sanção pecuniária, porque sua incapacidade não retira integralmente a reprovação estatal.
(B) O agente é semi-imputável e deve responder com redução de pena, já que sua condição psíquica limitava parcialmente o entendimento do caráter ilícito, sem suprimi-lo totalmente.
(C) O agente é inimputável e deve ser submetido a medida de segurança, nos termos do artigo 26 do Código Penal, que exclui a responsabilidade penal quando há incapacidade total de compreensão.
(D) O agente é imputável, pois a presença de delírios não afasta a formação de dolo em situações nas quais ele realiza atos voluntários, ainda que sob influência de perturbações mentais.

Questão 43

Um cidadão publica nas redes sociais que um servidor da Guarda Civil Municipal "aceita propinas". A informação é falsa, mas gera dano à reputação do servidor. De acordo com o Código Penal, trata-se de:

(A) Denunciação caluniosa, conduta que envolve comunicar falsamente à autoridade a prática de crime, o que não ocorre quando a imputação é feita apenas em ambiente público ou virtual.
(B) Calúnia, por imputar crime determinado, hipótese que exige acusação falsa de prática criminosa com narrativa concreta, situação distinta da simples divulgação de rumor desabonador.
(C) Difamação, por imputar fato ofensivo à reputação de outrem, atribuindo conduta desonrosa que pode comprometer seu conceito social perante a comunidade.
(D) Injúria, por ofensa à dignidade pessoal, aplicável quando a crítica se dirige à honra subjetiva, sem atribuição de fato específico que repercuta na imagem do indivíduo.

Questão 44

Durante patrulha, a Guarda Civil Municipal surpreende um indivíduo retirando um celular de um veículo estacionado com o vidro previamente aberto, sem qualquer rompimento de obstáculo, sem uso de chave falsa, sem abuso de confiança e sem emprego de fraude ou destreza especial. O objeto é imediatamente apreendido e restituído ao proprietário. Considerando essa situação fática, qual o tipo penal aplicável?

(A) Furto simples, pois houve subtração de bem alheio móvel, sem violência, sem grave ameaça e sem circunstância qualificadora.
(B) Roubo, por envolver subtração de bem alheio, ainda que sem violência ou grave ameaça contra o proprietário.
(C) Dano qualificado, por suposta lesão ao patrimônio, ainda que não tenha havido destruição ou deterioração do bem.
(D) Furto qualificado, por existir causa de qualificação na subtração do bem, ainda que não tenha ocorrido rompimento de obstáculo.

Questão 45

Durante investigação conduzida pela Polícia Civil, com apoio da Guarda Civil Municipal, verificou-se a existência de um grupo que se reunia de forma estável e permanente para cometer crimes patrimoniais na região. O relatório da investigação descreveu diferentes hipóteses de cooperação criminosa, cabendo ao candidato associar cada descrição ao tipo penal correspondente, conforme o Código Penal.

Associe corretamente os itens da Coluna 1 às suas correspondências na Coluna 2:

Coluna 1 – Situação

1. Três ou mais pessoas se unem de forma estável e permanente para cometer crimes.

2. Duas pessoas cometem um único delito, sem vínculo duradouro entre si.

3. Grupo estruturado e com divisão hierárquica atua com o fim de obter vantagem mediante prática de crimes graves, conforme lei especial.

4. Dois agentes executam um furto, mas o delito não se consuma por causa alheia à vontade dos autores.

Coluna 2 – Tipificação penal

a) Associação criminosa (artigo 288 do Código Penal).

b) Concurso de pessoas (artigo 29 do Código Penal).

c) Organização criminosa (Lei nº 12.850/2013).

d) Tentativa de furto (artigo 155 c/c artigo 14, inciso II, do Código Penal).

Assinale a alternativa que consta a associação correta.

(A) 1–a, 2–c, 3–d, 4–b.
(B) 1–b, 2–a, 3–c, 4–d.
(C) 1–a, 2–b, 3–c, 4–d.
(D) 1–c, 2–a, 3–b, 4–d.

DIREITO CONSTITUCIONAL (DCO)

Questão 46

Durante uma abordagem, a Guarda Civil Municipal detém um cidadão que se recusa a se identificar, mas afirma ter sido preso injustamente. Posteriormente, seu advogado impetra um habeas corpus em seu favor. Considerando os remédios constitucionais, analise as afirmativas abaixo:

I. O habeas corpus é cabível para proteger o direito de locomoção ameaçado ou restringido por ilegalidade ou abuso de poder.

II. O mandado de segurança é cabível para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data.

III. O mandado de injunção destina-se à proteção do direito à propriedade e à segurança pública.

IV. O habeas data visa assegurar o conhecimento de informações pessoais constantes em registros ou bancos de dados de entidades governamentais.

Assinale a alternativa correta.

(A) I, II, III e IV estão corretas.
(B) I e III estão corretas, apenas.
(C) I, II e IV estão corretas, apenas.
(D) II e III estão corretas, apenas.

Questão 47

Em uma situação de calamidade pública e grave instabilidade institucional, o Presidente da República decreta estado de defesa em determinadas áreas do território nacional. A Guarda Civil Municipal é chamada a apoiar a segurança pública local, sob coordenação das forças estaduais. Com base na Constituição Federal, analise as assertivas.

I. O estado de defesa tem por finalidade preservar ou prontamente restabelecer a ordem pública ou a paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional.

II. O decreto de estado de defesa depende de autorização prévia do Congresso Nacional.

III. O decreto deverá indicar o tempo de duração, as áreas a serem abrangidas e as medidas coercitivas aplicáveis.

IV. Durante o estado de defesa, podem ser restringidos direitos de reunião, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.

Assinale a alternativa correta.

(A) I, III e IV estão corretas, apenas.
(B) I e II estão corretas, apenas.
(C) II e IV estão corretas, apenas.
(D) I, II, III e IV estão corretas.

Questão 48

A Guarda Civil Municipal de determinado Município enfrenta denúncias de nepotismo e de contratações sem concurso público. Em debate interno, um inspetor sustenta que a Constituição Federal permite livre nomeação em qualquer cargo em comissão, enquanto outro afirma que a vedação ao nepotismo alcança também esses cargos quando houver vínculo de parentesco.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa que expressa corretamente o entendimento constitucional aplicável à matéria.

(A) A nomeação de parentes em cargos de direção ou assessoramento é possível, pois a Constituição, em seu artigo 37, inciso II, exige concurso apenas para cargos efetivos, não estabelecendo proibição explícita sobre parentesco em funções comissionadas.
(B) O princípio da moralidade administrativa, previsto no artigo 37, caput, tem caráter orientador e não alcança, de forma imediata, a nomeação de parentes, cabendo à legislação infraconstitucional disciplinar situações de possível conflito.
(C) A vedação ao nepotismo seria direcionada exclusivamente aos cargos providos por concurso público, já que o artigo 37, inciso V, trata dos cargos comissionados como de livre nomeação e exoneração, sem impor requisitos adicionais de impedimento por vínculo familiar.
(D) A vedação ao nepotismo decorre do princípio da moralidade administrativa previsto no artigo 37, caput, aplicando-se inclusive aos cargos em comissão, pois a Administração Pública deve observar a impessoalidade e impedir favorecimentos pessoais.

Questão 49

Durante um curso de formação da Guarda Civil Municipal, o instrutor propõe um debate sobre os fundamentos da República Federativa do Brasil. Um candidato afirma que "a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são princípios meramente programáticos e não vinculam a Administração Pública". Outro aluno discorda, sustentando que tais valores possuem força normativa e orientam toda a atuação estatal.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa que expressa corretamente a natureza jurídica desses princípios.

(A) Possuem validade restrita ao âmbito do Poder Legislativo, servindo exclusivamente como parâmetros para a elaboração de leis, sem impor vinculação aos demais Poderes.

(B) Referem-se a direitos sociais previstos na Constituição, aplicáveis apenas em políticas públicas específicas, sem caráter estruturante ou função geral de orientação do Estado.

(C) São normas de eficácia limitada, dependentes de regulamentação posterior, não produzindo efeitos diretos ou imediatos sobre a atuação da Administração Pública.

(D) Constituem fundamentos da República Federativa do Brasil e possuem força normativa vinculante sobre todos os Poderes, orientando de forma imediata e obrigatória a atuação estatal.

Questão 50

Durante um curso sobre separação de poderes, a Guarda Civil Municipal analisa as competências do Poder Executivo Federal e dos instrumentos de controle constitucional. Associe corretamente as funções ou atribuições da Coluna 1 com o órgão ou autoridade competente da Coluna 2, conforme a Constituição Federal.

Coluna 1 – Função

1. Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis.

2. Julgar o Presidente da República por crimes de responsabilidade.

3. Declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

4. Exercer o comando supremo das Forças Armadas.

Coluna 2 – Órgão ou autoridade

a) Supremo Tribunal Federal

b) Senado Federal

c) Presidente da República

d) Congresso Nacional

Assinale a alternativa que contém a associação correta.

(A) 1–c, 2–b, 3–a, 4–c.

(B) 1–d, 2–a, 3–c, 4–b.

(C) 1–a, 2–c, 3–b, 4–d.

(D) 1–c, 2–a, 3–b, 4–d.

RASCUNHO - NÃO DESTAQUE